

Convergência seletiva? Análise comparativa dos BRICS com os interesses estratégicos brasileiros no sistema internacional*

André Luiz Reis da Silva**

Resumo

Pesquisas e análises sobre os BRICS costumam apontar para uma possível falta de convergência destes países com os interesses estratégicos da política externa brasileira, que podem afetar a coesão e articulação do grupo em diversas questões internacionais. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo dos interesses estratégicos do Brasil com os demais países dos BRICS, identificando convergências e divergências em temas específicos da agenda internacional, bem como o reflexo nas declarações oficiais dos BRICS. Os resultados verificados demonstram que, apesar das diferenças estruturais entre os membros (PIB, capacidade militar, bases internas), existe uma grande convergência de interesses e posicionamentos entre os cinco países em temas centrais da agenda internacional brasileira, que também se refletiu no posicionamento oficial dos BRICS.

Palavras-chave

Política Externa Brasileira; BRICS; interesses estratégicos; política externa comparada.

Introdução

As transformações internacionais ocorridas com o fim da Guerra Fria e com a aceleração do processo de globalização acentuaram as tendências multipolares do sistema internacional, abrindo possibilidades para os grandes países periféricos. Grande território e população constituem características essenciais, mas também estão associados o desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como projeção regional e global. É precisamente essa transformação sistêmica que tem possibilitado a formação de uma nova geometria do poder mundial, sem um formato final ainda plenamente definido, mas com uma forte presença dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o sistema internacional nos últimos anos é marcado por uma disputa entre a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e a luta pela construção de um mundo multipolar.

Entre os diversos conceitos e análises que têm sido elaborados para compreender a emergência dos países intermediários, o conceito de BRIC, criado em 2001 por Jim O'Neill, economista do banco de investimentos Goldman Sachs (O'NEILL, 2001), foi o que mais se popularizou, tanto na mídia quanto no meio acadêmico. Em 2003, os BRICS correspondiam a 9% do PIB global. Já em 2008, as economias dos quatro países responderam, em conjunto, por

*** Doutor em Ciência Política. Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies/University of London. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS/Brasil. Email: reisdasilva@hotmail.com.

15% da economia mundial, com o PIB totalizando quase nove trilhões de dólares. Em 2009, os BRICS constituíram um fórum de discussão política, incorporando a África do Sul em 2011.

A crise de 2008 tem acentuado a interpretação da capacidade dos BRICS em ampliar a participação na economia e na política mundial. De acordo com estudos do Goldman Sachs, a crise de crédito global e suas conseqüências causaram mais danos às economias desenvolvidas do que aos BRICS, tendo apenas a Rússia sentido um impacto maior da crise. Conseqüentemente, a projeção de que a China superaria a economia norte-americana em 2027, e de que os BRICS seriam, coletivamente, tão grandes quanto o G-7, está se tornando uma hipótese cada vez mais plausível (O'NEILL; STUPNYTSKA, 2009). Crescentemente, verifica-se que o Brasil vem adquirindo uma política externa condizente com essa posição, conquistando maior protagonismo internacional, tanto em termos econômicos, quanto diplomáticos.

Não resta dúvida que o conceito de BRIC ganhou popularidade, mas acreditamos que um debate fundamental é a questão da profundidade da convergência política dos BRICS, que é apontado na bibliografia como uma das principais questões, (ALMEIDA, 2010, LIMA, 2010, FLEMES, 2010). A principal hipótese desta pesquisa é que, apesar das diferenças estruturais entre os membros (PIB, capacidade militar, bases internas), existe uma grande convergência de interesses e posicionamentos entre os cinco países em temas centrais da agenda internacional brasileira. Entretanto, essa convergência é seletiva, pois os países buscam tratar de temas consensuais e de interesse geral. Assim, questões regionais, específicas ou divergentes não são abordadas.

Assim, a principal questão a ser respondida nesta pesquisa consiste em se a posição desses países como “potências emergentes” no sistema internacional confere posicionamentos convergentes. Para responder a esse problema, podemos utilizar o método comparativo, que é um procedimento sistêmico de análise de casos, comparando-os, e estabelecendo suas semelhanças e diferenças, sendo, assim, “extremamente útil para criar e testar proposições sobre o comportamento em política externa que se aplicam a dois ou mais casos” (ROSENAU, 1968, p. 308).

A análise comparada de política externa, a partir de um número limitado de casos, tem como metodologia, basicamente, identificar e descrever as variáveis centrais envolvidas no problema (LIJPHART, 1971). Nesta pesquisa, a principal variável independente é o fato de esses países serem considerados “emergentes”. Os temas internacionais selecionados, identificados como “interesses estratégicos” brasileiros, atuam como variáveis dependentes, o que permite observar semelhanças e diferenças nas políticas externas desses países. As principais variáveis intervenientes são suas capacidades relativas (peso econômico e militar), a

posição relativa do país em sua região, seu modelo de desenvolvimento, suas relações com os Estados Unidos e o debate da multipolaridade. Entretanto, esta pesquisa reconhece a dificuldade em separar claramente as ordens de variáveis, dada a complexidade dessa análise, gerando sobredeterminação (*overdetermination*) de variáveis, que podem se reforçar e excluir (HUDSON; VORE, 1995).

Para construção do quadro comparativo dos interesses estratégicos do Brasil e as posições dos países do Next Eleven, foram aglutinados os seguintes temas da agenda internacional como variáveis de análise: a) modelo de Desenvolvimento; b) relações com os Estados Unidos; c) defesa da multipolaridade; d) mudanças climáticas e desenvolvimento; e) terrorismo e direitos humanos; f) desenvolvimento de pesquisa nuclear; g) ampliação do Conselho de Segurança da ONU; h) OMC – abertura comercial e Rodada Doha; i) governança econômica global (G-20); j) cooperação Sul-Sul; k) integração regional. Tais pontos foram definidos a partir dos discursos e documentos oficiais do governo e baseado em bibliografia sobre a política externa brasileira recente (SILVA, 2010, GUIMARÃES, 2006, CERVO; BUENO, 2011, ALTEMANI; LESSA, 2006).

Nesta pesquisa, foram feitas algumas opções metodológicas. Em primeiro lugar, a construção de indicadores quantitativos de convergência não se mostrou adequada, pois se tornou bastante difícil evitar um alto componente de arbitrariedade nas definições de índices de convergência, causando algumas imprecisões. Nesse sentido, optou-se pela descrição do posicionamento de cada país nas variáveis elencadas, utilizando ampla bibliografia e discursos oficiais. Em segundo lugar, buscou-se identificar o posicionamento de cada país sobre um tema, tendo como referência o interesse do Brasil, para verificar, simultaneamente, convergências com a política externa brasileira e possíveis padrões comuns de atuação desses países. Dessa forma, este estudo não pretende esgotar a interpretação da política externa desses países, mas sim levantar, empiricamente e descritivamente, alguns dos seus posicionamentos estratégicos e, ao mesmo tempo, sugerir generalizações a partir de semelhanças e diferenças em suas opções internacionais.

Os interesses estratégicos do Brasil e os posicionamentos dos BRICS em perspectiva comparada

a) Modelo de Desenvolvimento Econômico

O governo brasileiro apresenta dois eixos principais em seu modelo de desenvolvimento econômico: a luta contra a pobreza extrema como melhor forma de se atingir o desenvolvimento e o aumento dos investimentos em tecnologia de ponta, pesquisa e inovação (ROUSSEFF, 2011c). O Brasil reafirma sua decisão de associar o seu desenvolvimento ao da América do Sul e destaca o papel do pré-sal como “passaporte para o futuro”, oportunidade única para o Brasil se tornar uma nação desenvolvida. Além disso, o governo reitera seu compromisso com a garantia de competitividade à agricultura e à pecuária, apoiando tanto os grandes exportadores como a agricultura familiar e os microempreendedores (ROUSSEFF, 2011b). A crise econômica mundial é vista como desafio à substituição de teorias defasadas por novas formulações. Assim, o caminho encontrado pelo Brasil está sendo a combinação e articulação de políticas de controle fiscal e projetos de estímulo ao crescimento, voltados para infraestrutura, educação, fortalecimento do mercado interno, inclusão social, distribuição de renda, redução da carga tributária e do custo da energia e ciência, tecnologia e inovação (ROUSSEFF, 2012).

Os países dos BRICS têm economias com altas taxas de crescimento, sendo interessante observar seus modelos de desenvolvimento. De modo geral, esses países têm conduzido um crescimento baseado nos investimentos externos, na ampliação da capacidade comercial externa e na ampliação da capacidade de consumo interna, seja pela inclusão social, seja pelo fortalecimento das classes médias. Em relação ao desenvolvimento econômico, as sucessivas cúpulas dos BRICS ressaltam que os caminhos e modelos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento devem ser respeitados e que o espaço político necessário a esses Estados deve ser garantido (BRICS, 2010).

No caso da China, o modelo de desenvolvimento proposto por Deng Xiaping se mantém fundamentalmente o mesmo. Hu Jintao mudou a ênfase do modelo de desenvolvimento do crescimento centrado no aumento do PIB para o “desenvolvimento equilibrado”. A partir dessa alteração foram desenvolvidas as ideias de uma “sociedade socialista harmoniosa” e do “desenvolvimento sustentável”, no âmbito de uma “Perspectiva Científica do Desenvolvimento” (RAJAN, 2013). Tendo desenvolvido um sistema econômico socialista no século XX, a Índia liberalizou parte de sua economia na década de 1990, mas o papel do Estado na economia permanece muito importante. O papel do governo na promoção do desenvolvimento e na erradicação da pobreza, grandes metas do governo indiano, é muito forte (MALONE, 2011).

O modelo de desenvolvimento russo combina a aceitação das forças de mercado e de integração global, com uma rejeição da economia neoliberal e da democracia liberal, e a reafirmação do nacionalismo e da soberania. A partir de 2000, houve também um reforço do

controle estatal sobre setores-chave, e um novo sistema de corporativismo estatal se desenvolveu (RUTLAND, 2009). Na África do Sul, a nova elite política teve de garantir a liberdade econômica da elite branca. Medidas de liberalização econômica foram adotadas na década de 1990, tendo o Estado recentemente consolidado um maior papel na economia, buscando a inclusão de mais estratos da sociedade sul-africana. O governo sul-africano busca melhorar as condições de vida de sua população a partir de políticas governamentais (DATHEIN, 2010).

b) Relações com os Estados Unidos

Apesar de discordância em vários pontos na agenda global e regional, como na questão da revelação dos casos de espionagem (2013), o Brasil também tem interesse em estreitar as relações com os Estados Unidos. A partir de 2011, alcançaram-se alguns avanços nesse sentido, quando da visita do Presidente norte-americano ao Brasil em março. Na ocasião, foram firmados dez atos bilaterais, baseando-se em princípios de igualdade e benefício mútuo. Três mecanismos de cooperação bilateral foram elevados à categoria estratégica: os Diálogos de Parceria Global, de Energia e de Economia e Finanças. Foi firmada a Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação e um Diálogo Estratégico em Energia. Os dois países criaram projetos de cooperação para auxiliar países africanos e centro-americanos (BRASIL, 2012). As relações entre o Brasil e os EUA ficaram estremecidas após as denúncias de espionagem das agências de espionagem, mas a tendência foi a normalização.

Em 2013, Xi Jinping apresentou a ideia de um “Novo Tipo de Relações Internacionais” (NTRI) com um “Novo Tipo de Relações entre Grandes Potências” (NTRGP) como sua parte integrante (RAJAN, 2013). As relações ainda são, contudo, permeadas por desconfiança, com questionamentos sobre o verdadeiro interesse estadunidense no rebalanceamento da Ásia e do Pacífico (TIANKAI; HANGZHAO, 2012). Durante a Guerra Fria, Índia e Estados Unidos mantiveram relações tensas devido à cooperação entre EUA e Paquistão e entre URSS e Índia, tendo elas melhorado a partir das gestões Clinton e Bush. Bush tomou a melhora das relações com a Índia como um de seus objetivos, para conter o avanço chinês, tornando Nova Déli e Washington importantes parceiros, apesar de divergências em fóruns multilaterais (PANT, 2008).

Tensões entre EUA e Rússia sobre questões como o alargamento da OTAN e o escudo antimíssil estadunidense na Europa Oriental têm sido acompanhadas por cooperação entre os dois países nas áreas de contraterrorismo e não proliferação. Algumas ameaças à cooperação

entre os dois países foram o conflito entre russo-georgiano de 2008, expulsão da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional em 2012 e a recusa russa a renovar um acordo bilateral de longo prazo relacionado à não proliferação. Eventos tidos como sucesso para a cooperação foram a assinatura de um novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas em 2010, a adesão da Rússia à OMC em 2012 e a cooperação russa no Afeganistão (NICHOL, 2013). Os EUA apoiaram o regime do Apartheid na África do Sul, mas isso não impediu o novo regime de manter boas relações com os Estados Unidos. Pretória e Washington apresentam divergências em diversas posições defendidas em fóruns multilaterais, mas o fluxo comercial entre os dois países permaneceu forte nos governos do Congresso Nacional Africano, especialmente no setor bélico (KORNEGAY, 2010).

c) Defesa da multipolaridade

Em seus discursos, a Presidenta Dilma afirma acreditar na iminência de um mundo multipolar, demonstrando interesse em manter contatos com os principais polos desse novo sistema. O Brasil busca se inserir nessa nova ordem com dois propósitos: promover a comunicação entre os polos consolidados e construir um multilateralismo inclusivo com representação para os países mais pobres e menores, fortalecendo as Nações Unidas, como mecanismo principal de diálogo e solução negociada de controvérsias que evite a intervenção da força (PATRIOTA, 2011b, ROUSSEFF, 2012).

De certa forma, o discurso de fortalecimento da multipolaridade está diretamente associado à crítica à chamada “unipolaridade dos Estados Unidos no pós Guerra Fria”. Nesse sentido, quanto mais distante dos Estados Unidos e quanto mais poder tem um país intermediário, mais é ressaltada, nos discursos oficiais, a defesa da multipolaridade, normalmente associada ao fortalecimento das instituições multilaterais e “democratização” do poder mundial.

Ao contrário da visão relativamente negativa em relação à “hegemonia”, o termo “multipolaridade” é muito presente no discurso chinês, tendo sido representada como um paradigma internacional ideal de relações de poder. No entanto, as opiniões divergem sobre o número de polos no sistema internacional e sobre o que constitui um polo. O conceito chinês de *Yichaoduoqiang* propõe um mundo simultaneamente unipolar e multipolar (LIQUN, 2010). Na análise russa, a ascensão de novos Estados, como os BRICS, contribui ativamente para o surgimento de uma ordem mundial multipolar. O estabelecimento de uma ordem mundial

multipolar requer o fortalecimento de instituições e normas internacionais que promovam a igualdade entre os principais países do mundo (MANKOFF, 2009).

Acreditando na importância da multipolaridade, a Índia desenvolve uma estratégia internacional de maior inserção, se destacando em negociações multilaterais para resolução de crises e conflitos. Sua inserção internacional busca um multilateralismo mais inclusivo dos países em desenvolvimento (IBSA, 2011). A África do Sul expande sua inserção internacional, defendendo e participando de negociações multilaterais para resolução de crises e conflitos. Pretória busca reverter a posição internacional durante o período do Apartheid, tendo sua mudança de posicionamento muito bem recebida nos principais fóruns multilaterais (IBSA, 2011, KORNEGAY, 2010).

d) Mudanças climáticas e desenvolvimento

A Presidenta Dilma Rousseff afirmou o compromisso de seu governo com um projeto de desenvolvimento associado à proteção ambiental, incentivando a produção de energias limpas, tais como o etanol, energias hídricas e fontes alternativas, como a biomassa, a eólica e a solar (ROUSSEFF, 2011a). Destaca-se o fato de o Brasil ter sediado a Rio+20, em junho de 2012. Convergindo com a proposta brasileira, o encontro definiu como foco da agenda de desenvolvimento sustentável a erradicação da pobreza, o uso consciente dos recursos naturais e padrões sustentáveis de produção e consumo (BRASIL, 2012). O Brasil defende a formulação de um acordo global, no âmbito da ONU, que seja abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima (ROUSSEFF, 2011c). O governo afirma seu compromisso no controle do desmatamento da Floresta Amazônica e das emissões devido ao desmatamento, mas cobra que os países desenvolvidos, “historicamente mais responsáveis pela mudança do clima, e mais dotados de meios para enfrentá-la”, cumpram os compromissos firmados com a comunidade internacional (ROUSSEFF, 2012).

Desde sua entrada na agenda internacional nos anos 1970, o tema do meio ambiente vem ocupando uma presença cada vez maior nas negociações internacionais. A principal clivagem é a relação direta entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente, que gerou o conceito de desenvolvimento sustentável. Atualmente, uma das questões centrais é o conceito de “responsabilidade comuns, porém diferenciadas”, polarizando as negociações Norte Sul e cobrando maior responsabilidade dos países desenvolvidos com a proteção ambiental.

Durante a 15ª Convenção das Partes (COP15) da Organização das Nações Unidas em 2009, Brasil, África do Sul, Índia e China formaram o BASIC. O grupo surgiu para contrabalançar a pressão que os países desenvolvidos começaram a fazer sobre os países em

desenvolvimento para também reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. A China é grande defensora do conceito de desenvolvimento sustentável, tendo participado de todas as conferências relacionadas ao meio ambiente desde Estocolmo. Pequim pretende se empenhar para cumprir as metas obrigatórias estabelecidas para 2015, isto é, reduzir as emissões de CO₂ e o consumo de energia, aumentar a proporção de uso de combustíveis não fósseis e cortar emissão total dos principais poluentes (JIABAO, 2012).

A Índia defende o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, se colocando, assim, em prol do direito dos países emergentes e da criação de condições para seu desenvolvimento. Além disso, é signatária dos protocolos de Meio Ambiente (Rio +20, Kyoto). A África do Sul também defende o princípio “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, sendo signatária dos protocolos de Meio Ambiente (Rio +20, Kyoto). Pretória defende que a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos deva ser reconhecida na condução das negociações ambientais (IBSA, 2011).

Durante a Rio+20, Dmitry Medvedev (2012) declarou que a Rússia vem cumprindo os compromissos estabelecidos no âmbito do Protocolo de Kyoto e que as suas emissões de gases de efeito estufa serão reduzidas em 25% até 2020 em relação a 1990. Ele conclamou todos os países a participarem de iniciativas relacionadas à preservação do meio ambiente e não apenas as economias líderes, ressaltando o princípio da responsabilidade comum de todos os participantes na economia e na política mundial. Pela divergência de posições nesse âmbito, a Rússia não integra o BASIC.

e) Terrorismo e Direitos Humanos

A defesa dos Direitos Humanos é um valor clássico sobre o qual se baseia a política externa brasileira. O Brasil defende que uma verdadeira política de direitos humanos deve estar baseada na redução das desigualdades entre as pessoas, assim como entre as diferentes regiões e entre os gêneros (ROUSSEFF, 2011c). Devido à sua trajetória de vida pessoal, a Presidenta Dilma Rousseff enfatiza a defesa desses como bandeira fundamental. A participação do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU partiu da ideia que existem violações em todos os países, sem exceções (ROUSSEFF, 2011c). Assim, o Brasil atuou para a redução da seletividade e da polaridade no organismo, a fim de evitar singularizar ou estigmatizar apenas alguns países. Na OEA, o Brasil aponta para a necessidade de uma reforma na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (BRASIL, 2012).

Devido à sua tradição de defesa da paz, o Brasil não se permite a indiferença ante ao terrorismo, repudiando qualquer ato terrorista (ROUSSEFF, 2011b). Porém, a Presidenta

Dilma critica que, atualmente, as intervenções militares em alguns países acabam por agravar os conflitos e permitem que o terrorismo se infiltre em locais onde anteriormente não estavam presentes, trazendo ao debate o conceito de “responsabilidade ao proteger” (RwP) no contexto da proteção de civis durante as intervenções em conflitos armados (ROUSSEFF, 2011c). O tema dos direitos humanos é um dos mais complexos com que a diplomacia brasileira vem lidando no cenário internacional, envolvendo questões securitárias e temas ligados a desenvolvimento e cultura. O governo brasileiro tem criticado as posições de muitos países nesse quesito, em especial dos Estados Unidos, acusado de ter um duplo padrão de Direitos Humanos e de incorrer em violações em sua luta contra o terrorismo.

A partir da decisão de Jiang Zemin de apoiar a guerra global ao terror dos EUA, o termo terrorismo passou a ser empregado por Pequim em relação ao separatismo nacional. A China apoiou ostensivamente os ataques de retaliação dos EUA ao Afeganistão e afirma que grupos uigures do Xinjiang têm ligações com as redes jihadistas-salafistas com base na região e incluindo sua repressão na guerra ao terror (DYNON, 2013, SINGH, 2010). A ratificação dos principais tratados internacionais de direitos humanos e a participação chinesa no Conselho de Direitos Humanos da ONU demonstram que o país deseja melhorar sua imagem internacional relacionada a essa questão (SCEATS, BRESLIN, 2012). A China é cética quanto ao conceito de RwP, uma vez que ele endossa a necessidade de intervenção em casos graves contida no conceito de R2P (BENNER, 2013). A África do Sul faz parte do Conselho de Direitos Humanos da ONU, buscando defender a proteção aos direitos humanos no mundo todo. Com o fim do Apartheid, se tornou exemplo de reversão de um sistema institucionalizado de violação aos direitos humanos, embora ainda tenha muito pela frente para reverter as consequências das décadas em que esse regime foi implementado. Pretória condena o terrorismo em todas as suas formas perpetuado por quaisquer agentes (KORNEGAY, 2010, IBSA, 2011).

A Índia condena atos terroristas de todas as formas, em todas as partes e perpetuados por quaisquer atores. Ela enfrenta grupos islâmicos radicais, em parte financiados por seu vizinho Paquistão, responsáveis por diversos ataques ao país. Nova Déli faz parte do Conselho de Direitos Humanos da ONU, apresentando avanços na resolução de violações aos direitos humanos nas regiões mais conturbadas do país (MALONE, 2011). Após os atentados de 11 de setembro, a Rússia prestou apoio à iniciativa dos EUA de combater o terrorismo internacional, buscando justificar suas operações policiais e militares na Chechênia como parte dessa luta. Desde antes dos ataques, a Rússia já havia declarado que os combatentes chechenos recebiam treinamento no Afeganistão e eram sustentados pela Al-Qaeda (BREAULT; JOLICOEUR;

LÉVESQUE, 2003, LO, 2003). A Rússia em geral se opõe ao emprego do conceito de R2P, mas utilizou-se dele para intervir na Geórgia, sendo cética ao conceito de RwP, por endossar o R2P (BAJORIA; MCMAHON, 2013, BERG; MÖLDER, 2012, BENNER, 2013).

f) Desenvolvimento de pesquisa nuclear

Através de um compromisso constitucional, o Brasil abdicou de armamentos nucleares, permitindo o uso de energia nuclear somente para fins pacíficos (BRASIL, 2012). Além do Brasil, apenas a África do Sul não possui armamento nuclear entre os países dos BRICS. Após ter buscado desenvolver seu próprio programa nuclear, a África do Sul abdicou de armamentos nucleares em 1991, assinando o TNP. Defende, assim, o desarmamento e a não proliferação, dando extrema importância para que não se lute apenas para não proliferar, mas também para acabar com os arsenais nucleares. Pretória defende o direito à pesquisa nuclear para fins pacíficos (IBSA, 2011).

A energia nuclear corresponde a uma parcela pequena, mas em franco crescimento, da matriz de eletricidade chinesa e tem recebido considerável atenção do governo central, reflexo do desejo crescente de diversificar a matriz energética nacional (ONG, 2010). Sobre as capacidades nucleares para uso militar, no *White Paper* de Defesa publicado em abril de 2013, a China declarou que suas capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque nuclear vêm sendo constantemente elevadas (CHINA, 2013a). A Índia desenvolveu seu programa nuclear à margem do TNP, tendo sido fortemente criticada a respeito durante o final do século XX. Com a sua aproximação aos Estados Unidos, o programa nuclear indiano passou a ser aceito. Atualmente, Nova Déli defende o desarmamento e a não proliferação, mas concomitantes. Acredita no direito de todos os países à produção nuclear para fins pacíficos (MALONE, 2011, IBSA, 2011).

A Rússia possui dez centrais nucleares com 33 reatores operacionais, com todos os bens nucleares sob a responsabilidade da estatal Rosatom (NTI, 2013). Dos 68 reatores nucleares em construção no mundo, a Rosatom está construindo 28, nove na Rússia e 19 no exterior, incluindo a controversa usina para o Irã. A Rússia detém cerca de 40% da capacidade de enriquecimento de urânio do mundo, mais do que o necessário para alimentar reatores domésticos, e exporta um valor que atinge cerca de US\$ 3 bilhões ao ano (DE CARBONNEL, 2013). O Acordo de Cooperação Nuclear Civil entre EUA e Rússia entrou em vigor em janeiro de 2011 (NTI, 2013).

g) Ampliação do Conselho de Segurança da ONU

Atualmente, podem-se identificar três grupos de interesse articulados propondo reforma no Conselho de Segurança. Os membros do G-4 defendem a ampliação de 6 vagas permanentes para o Conselho de Segurança. A União Africana (UA) defende a posição afirmada na Declaração de Harare, com a concessão de dois assentos permanentes com direito de veto mais dois assentos não-permanentes para a África. O grupo Unidos pelo Consenso, ou Coffee Club, surgiu como grupo de pressão com o objetivo de fazer um contraponto ao G-4 (ALVES, 2008). Em seu discurso de posse, em janeiro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que a política externa de seu governo daria continuidade à defesa de uma reformulação nos organismos de governança mundial, com destaque ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (ROUSSEFF, 2011a). Em 2012, a Presidenta reafirmou que daria continuidade ao projeto junto ao G-4 (Alemanha, Índia e Japão) para tornar o Conselho de Segurança mais “representativo, legítimo e eficaz” (BRASIL, 2012).

Além do Brasil, Índia e África do Sul são candidatos a membros permanentes do Conselho de Segurança, enquanto China e Rússia já ocupam assentos permanentes. A Índia defende uma reforma no Conselho de Segurança, com a maior presença de países em desenvolvimento, participando do G-4 (MALONE, 2011). Teve sua candidatura ao posto apoiada pelo Presidente estadunidense Obama. A África do Sul advoga uma reforma no Conselho de Segurança, com maior presença africana, defendendo a proposta da União Africana, se candidatando a um assento permanente. Pretória apoia as candidaturas de Brasil e Índia e tem sua candidatura apoiada pelos mesmos (IBAS, 2010).

A China confere prioridade à resolução da sub-representação dos países em desenvolvimento, defende o aumento da representação dos países africanos e apoia as aspirações de Brasil, Índia e África do Sul de desempenhar um papel maior na ONU, mas tem oposição ao G-4, principalmente por sua oposição à entrada do Japão (CHINA, 2013b, FOCAC, 2012, BRICS, 2013). Moscou acredita que qualquer decisão relacionada à expansão deve ser baseada em um consenso geral dos membros da ONU (RUSSIA, 2013). Apesar de defender a concessão de assentos permanentes ao G-4, à África do Sul e ao Egito, acredita que o poder de veto deva permanecer somente para os membros permanentes originais, insistindo em uma “expansão minimalista”, com o número total de membros não excedendo vinte (NIKITIN, 2012).

h) OMC – abertura comercial e Rodada Doha

O G-20 comercial foi constituído em 20 de agosto de 2003, nas reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, México. O grupo concentra sua atuação em agricultura, tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. De fato, desde a conferência ministerial anterior, os países-membros da OMC tentavam, sem sucesso, chegar a algum acordo a respeito da agenda decidida em Doha em 2001, cujo eixo era precisamente o desenvolvimento e a questão agrícola. É grande a importância dos membros do G-20 na produção e comércio agrícolas (OLIVEIRA, 2005).

Para o governo brasileiro, a atuação em fóruns comerciais visa à defesa de políticas econômicas equilibradas, à proteção contra práticas de concorrência desleal e ao fluxo indiscriminado de capitais especulativos, além da luta contra o protecionismo dos países ricos (ROUSSEFF, 2011b). Questões relacionadas à pauta exportadora do país e à competitividade da indústria nacional exigem a conciliação de interesses defensivos e ofensivos. Assim, o Brasil traçou como meta manter resultados ambiciosos e equilibrados nas negociações da Rodada Doha, a fim de garantir condições favoráveis à recuperação econômica, afastando pressões protecionistas (PATRIOTA, 2011a).

Dos países que compõe os BRICS, apenas a Rússia não participa do G-20 comercial. Em 2012, a Rússia tornou-se o 156º membro da OMC (WTO, 2012). Em declaração conjunta resultante de reunião bilateral entre Rússia e Brasil em 2013, ressaltou-se que os dois Estados, observando a importância do sistema multilateral de comércio, reconhecem a necessidade de encontrar soluções eficazes para a conclusão bem-sucedida e equilibrada da Rodada Doha (BRASIL, 2013). A África do Sul defende uma reorganização das regras do comércio mundial de forma a reverter os desequilíbrios históricos e criar condições mais favoráveis aos países em desenvolvimento. Sendo parte do G-20, busca melhorar as condições de comércio de produtos agrícolas (CARIM, 2013). Em 2012, o Brasil submeteu um pedido de consultas sobre medidas antidumping por parte da África do Sul contra a importação de frango brasileiro (WTO, 2012).

A China aderiu à OMC em 2001 e teve uma participação importante na Rodada Doha, atuando de maneira discreta, mas construtiva. Particularmente, o país teve um papel relevante no avanço do processo de negociação através de sua participação no G-20 comercial (ZHENG, KONG, 2009). Devido ao grande peso do setor agrícola na economia indiana, a Índia compartilha com os demais países do G-20 o forte interesse na redução das assimetrias do comércio de produtos agrícolas. Contudo, a economia indiana também possui um forte segmento terciário, o que gera a necessidade de um posicionamento diferente dos demais integrantes do G-20, alternando suas posições entre convergência e distanciamento do grupo (DAS, 2006).

i) Governança econômica global (G-20)

Para superar a crise econômica, o governo brasileiro considera necessária a coordenação dos esforços dos países dentro dos organismos multilaterais, como o G-20 financeiro, o FMI e o Banco Mundial. Para conter a recessão, esses organismos devem fomentar a reformulação da relação entre política fiscal e monetária, controlar a guerra cambial e regulamentar o sistema financeiro, fonte inesgotável de instabilidade (ROUSSEFF, 2011a, ROUSSEFF, 2012). Os BRICS exercem um papel fundamental para as mudanças na governança econômica global, fazendo parte do G-20 financeiro. A participação chinesa no grupo lhe proporciona diversas possibilidades interessantes. Entre elas, estão as possibilidades de participar de uma coordenação global, de demonstrar a sua posição e construir a sua imagem externa e de facilitar o ajuste da estrutura econômica doméstica (HUANG, 2011). A Índia congratula a ascensão do G-20 à posição de principal instância para governança econômica global, substituindo o G8. Nova Déli defende reformas no FMI e no Banco Mundial para melhor representar a realidade econômica mundial e a dar mais representatividade aos países emergentes (IBSA, 2011, MALONE, 2011).

A Rússia atribui elevada importância ao G-20 financeiro na governança econômica global. Tendo ocupando a presidência da organização em 2013, o país buscou promover um conjunto de medidas para impulsionar o crescimento sustentável, inclusivo e equilibrado e a criação de empregos no mundo. A discussão da agenda do grupo foi planejada em torno de três prioridades centrais: crescimento por meio de empregos qualificados e investimento, através da confiança e transparência, e através de uma regulamentação eficaz (G20, 2012). A África do Sul se junta à causa dos emergentes por maior representatividade na governança econômica global, defendendo a importância deles na resolução da atual crise e na condução da econômica mundial. O país percebe o G-20 financeiro como um fórum fundamental para os fins defendidos e defende a necessidade de reformas no FMI e no Banco Mundial para aprimorar sua representatividade da econômica mundial (IBSA, 2011).

j) Cooperação Sul-Sul

A política externa de Dilma manteve o interesse em ampliar os contatos com os países do Sul, ampliando sua presença no cenário internacional através da consolidação de parcerias com os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, o Brasil deposita um olhar

especial sobre a África, busca firmar acordos bilaterais com os mais diversos países e fortalecer os laços com os novos polos do mundo emergente (PATRIOTA, 2011b, BRASIL, 2012). O Brasil está ampliando o seu programa de cooperação técnica com países menos desenvolvidos, concentrando-se em projetos de agricultura e segurança alimentar, educação, formação profissional, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho, desenvolvimento urbano e bioenergia. Nesse contexto, a cooperação trilateral surge como uma forma de potencializar a cooperação Sul-Sul, com o apoio de países desenvolvidos, como os EUA, Japão e Alemanha (BRASIL, 2012).

As relações chinesas com os países e regiões em desenvolvimento, e com a África em particular, apresentam um modelo bem sucedido de cooperação Sul-Sul, parte essencial da doutrina do Mundo Harmonioso. A China desenvolve essa cooperação através da diplomacia econômica e da intensificação da diplomacia multilateral, não só no âmbito do Fórum de Cooperação China-África, mas também da ONU e da OMC, havendo também um esforço de aproximação com a América Latina (MASUDA, 2009). Sendo forte defensora da cooperação Sul-Sul, a Índia possui programas para o auxílio ao desenvolvimento de outros países, voltados a países da Ásia, África e América Latina. Nova Déli defende a cooperação Sul-Sul como complementar ao incremento do diálogo Norte-Sul e das ações multilaterais para promoção do desenvolvimento (MALONE, 2011).

A cooperação Sul-Sul ocupa um importante papel na sua agenda internacional sul-africana. Pretória vem revertendo seu isolamento do resto de seu continente, tentando, a partir de seus laços com Europa e Estados Unidos, promover melhores condições para o desenvolvimento do Sul (KORNEGAY, 2010). O perfil de cooperação da Rússia é diverso dos outros BRICS. Seu financiamento concessional tem sido amplamente difundido através de canais multilaterais, sobretudo sob a forma de apoio orçamentário. A Rússia, assim como doadores tradicionais, tende a se concentrar em gastos sociais para apoiar as iniciativas de redução da pobreza, direcionando seus recursos para subvenções e reduções da dívida, e sua cooperação técnica para o campo militar (MWASE; YANG, 2012, FSMTC, 2011).

k) Integração Regional

A América do Sul e o Mercosul se mantêm como prioridade da política externa brasileira. Assim, o Brasil se compromete a empregar esforços para consolidar a integração sul-americana e fortalecer os laços latino-americanos e caribenhos (PATRIOTA, 2011a). O Brasil decidiu por associar o seu desenvolvimento tanto econômico como social e político ao

continente, com o intuito de colocar a América do Sul como um polo essencial da ordem multipolar em gestação (ROUSSEFF, 2011b). Para a China, uma nova postura quanto a iniciativas de integração regional se desenhou a partir do final dos anos 1990. Pequim entende que esses grupos estão abertos às perspectivas chinesas e podem contribuir para a limitação do poder dos Estados Unidos na região. A China participa, portanto, de diversas iniciativas regionais, como ASEAN+1, ASEAN+3 (ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul), Fórum Regional da ASEAN, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), grupo de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), Reunião Ásia-Europa (ASEM) e Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (KAWAI, 2007, BRASIL, 2013b).

A Índia faz parte de iniciativas regionais de integração, como SAARC, como membro pleno, e ASEAN e OCX, como membro observador. Tensões com os vizinhos (em especial o Paquistão) dificultam o avanço de tais processos, sendo a resolução dessas um importante elemento para alavancar sua inserção internacional (MALONE, 2011). A Rússia participa de iniciativas de integração como a APEC, a OCX e a ASEM. O país participa da Cúpula do Leste Asiático e possui intensas relações com o Fórum da ASEAN (TRENIN, WEBER, 2012). Junto ao fim do Apartheid, a África do Sul entrou na SADC e na SACU, iniciativa de integração fortemente defendida pelo país. Pretória é membro ativo da União Africana, tendo proposto e defendido fortemente o NEPAD, que é uma realidade nesse processo de cooperação continental (IHS JANE'S, 2009). Tendo sido por muito tempo visto como principal economia africana e como líder do continente, o país vem enfrentando desafios a essa posição, especialmente pela Nigéria, que ultrapassou seu PIB.

Conclusões

A presente pesquisa teve como objetivo identificar posições convergentes entre os BRICS e os interesses da política externa brasileira dentro de um contexto mais amplo de análise da atuação das potências emergentes na reconfiguração da ordem internacional. Entre os resultados, observa-se que todos os países dos BRICS defendem a multipolaridade no sistema internacional, mas têm diferenças de posicionamento em relação aos Estados Unidos. Na relação com os EUA, observa-se que o país mais próximo atualmente é a Índia, enquanto a Rússia é a que apresenta maior nível de tensão. Os temas que mais aproximam os BRICS são os referentes à governança econômica global, multipolaridade, cooperação Sul-Sul, ou seja, os grandes temas das transformações globais. Os temas em que se encontram mais diferenças de

posicionamento são referentes às questões relativas ao terrorismo e direitos humanos, seguido de temas comerciais. Em relação à ampliação do Conselho de Segurança, há convergência na necessidade da mudança, mas com algumas divergências no escopo e modelo de reforma. Esse pode ser considerado um *litmus test* a respeito da capacidade dos BRICS em convergir para mudanças nas instituições globais.

De qualquer forma, a análise comparada mostra que há coerência e convergência entre os interesses estratégicos brasileiros e a agenda comum construída nos BRICS. Nesse sentido, os BRICS podem reforçar a posição do Brasil na defesa por um assento permanente no Conselho de Segurança, para uma maior participação nas entidades financeiras internacionais, para a crítica ao protecionismo dos países desenvolvidos na OMC, para a defesa do princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” nas reuniões ambientais ou para a garantia da produção de capacidade de defesa e de ciência e tecnologia comuns. Nesse contexto, uma agenda que ainda pode ser ampliada é a cooperação científica e acadêmica entre os países dos BRICS.

Apesar das convergências em temas estratégicos, observa-se que agenda dos BRICS é seletiva. Temas considerados “regionais” e “particulares” não entram na pauta dos BRICS, em especial aqueles considerados da agenda regional de cada país. Por exemplo, os BRICS têm mantido um perfil discreto na questão ucraniana e no Cáucaso (agenda russa), no Sul da Ásia (agenda indiana) ou então na América do Sul (agenda brasileira). Assim, questiona-se se as grandes diferenças entre esses países (diferenças de capacidade econômica e militar e de regime econômico e político) implicariam em uma articulação efêmera e de baixa intensidade. Contudo, tal questionamento não se confirma, já que há um esforço em minimizar o peso das diferenças e trabalhar conjuntamente na agenda comum.

Entretanto, as diferenças de capacidades econômicas e militares demonstram tendência de influir também na coesão do grupo, pois se observa que Rússia e China, países com maior capacidade militar relativa, são os que possuem mais diferenças de posições com os demais BRICS. Um problema que fica para análise futura é se uma significativa ampliação da capacidade relativa de algum dos países dos BRICS poderá influir no seu desinteresse em buscar posições comuns e procurar um caminho mais individual para atuação no sistema internacional. Por ora, a tendência entre os cinco países é a busca da convergência possível. Por outro lado, deve ser observado que outros países intermediários também vêm exercendo crescente influência regional e podem ser incluídos em um diálogo com os BRICS, como Turquia, Irã, Indonésia, México, Nigéria e Egito. Apesar de mais dependentes das grandes potências, têm crescentemente criticado as tendências unipolares dos EUA e exigido mais espaço para a “democratização” do sistema internacional.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global). In: BAUMANN, Renato. *O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política*. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 131-154.
- BAJORIA, Jayshree; MCMAHON, Robert. *The Dilemma of Humanitarian Intervention*. New York: *Council on Foreign Relations*, 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/humanitarian-intervention/dilemma-humanitarian-intervention/p16524#p2>>. Acesso em: 4 set. 2013.
- BENNER, Thorsten. Brazil as a norm entrepreneur: the “Responsibility While Protecting” initiative. *GPPi working paper*, mar. 2013.
- BERG, Eiki; MÖLDER, Martin. Janus-Faced Human Security Discourse: EU and Russia Talking Past Each Other in Kosovo and the Caucasus? *EU-Russia Paper*, Centre for EU-Russia Studies, University of Tartu, maio 2012.
- BRASIL. *VI Reunião da Comissão de Alto Nível de Cooperação Brasil-Rússia, Declaração Conjunta*. Brasília, 2013.
- _____. Presidência da República. *Mensagem ao Congresso Nacional, 2011: 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura*. Brasília: Presidência da República, 2012.
- BREAULT, Yann; JOLICOEUR, Pierre; LÉVESQUE, Jacques. *La Russie et son ex-empire: reconfiguration géopolitique de l’ancien espace soviétique*. Paris: Presses de SciencesPo, 2003.
- BRICS. *Thekwini Declaration*. Durban, 2013.
- CARIM, Xavier. *South Africa’s Approach to the WTO’s 9th Ministerial Conference*. Department of Trade and Industry. Republic of South Africa. Pretoria, 2013. Disponível em: <http://www.dti.gov.za/parliament/wto_ministerial01112013.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- CHINA. *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Information Office of the State Council, abr. 2013a. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm>. Acesso em: 3 set. 2013.
- _____. *Security Council Reform*. Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN, 2013b. Disponível em: <<http://www.china-un.org/eng/chinaandun/zzhgg/t29435.htm>>. Acesso em: 3 set. 2013.
- DAS, Abhijit. WTO negotiations and India's stand: Agriculture, NAMA and services. *Infochange India*. Kondhwa, 2006. Disponível em: <<http://infochangeindia.org/trade-a-development/background/wto-negotiations-and-indias-stand-agriculture-nama-and-services.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- DATHEIN, Ricardo. Economia da África do Sul: a convivência entre o moderno e o atraso ou os desafios do rompimento com as estruturas sociais determinadas pela história. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 99-118.
- DE CARBONNEL, Alisa. Russian nuclear ambition powers building at home and abroad. *Reuters*, 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/07/22/russia-nuclear-rosatom-idUSL5N0F90YK20130722>>. Acesso em: 4 set. 2013.
- DYNON, Nicholas. [China’s “War on Terror” in Xinjiang](#). *The Diplomat*, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/china-power/chinas-war-on-terror-in-xinjiang/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global de mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.53, n.1, Brasília, p.141-156, 2010.

FOCAC. *Beijing Declaration of the Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation*, 2012. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dwjbzjjhys/hywj/t954245.htm>>. Acesso em: 3 set. 2013.

FSMTC. *Federal Service for Military-Technical Cooperation*. 2011. Disponível em: <<http://www.fsvts.gov.ru/eng12.html>>. Acesso em: 4 set. 2013.

G20. *The Russian Presidency of the G20: Outline*. 2012. Disponível em: <http://www.g20.org/docs/g20_russia/outline>. Acesso em: 4 set. 2013.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *África do Sul: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, 2000.

HUANG, Wei. Global Governance Under the G20: A Chinese Perspective. In: HOFMEISTER, Wilhelm. *G20 - Perceptions and Perspectives for Global Governance*. Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.

HUDSON, Valerie; VORE, Christopher S. Foreign policy analysis: yesterday, today and tomorrow. *Mershon International Studies Review*, v. 39, n. 2, p. 209-238, 1995.

IBSA. *V Summit Declaration – Tshwane*. 2011. Disponível em: <<http://ibsa.nic.in/vsummit.htm>>. Acesso em: 5 set. 2013.

IHS JANE'S. *Country profile India*. Englewood: HIS Jane's, 2009.

JIABAO, Wen. *Persevering in Sustainable Development with Chinese Characteristics through Innovative Thinking and Practical Action*. Remarks by H.E. Wen Jiabao Premier of the State Council of the People's Republic of China At the High-level Roundtable Of the UN Conference on Sustainable Development, 20 jun. 2012.

KAWAI, Masahiro. *Evolving Economic Architecture in East Asia. ADBI Discussion Paper 84*. Tóquio: Asian Development Bank Institute, 2007.

KORNEGAY, Francis A. A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança. In: VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 131-160.

LIMA, Maria Regina Soares. Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: BAUMANN, Renato. *O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, pp. 131-179.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, v.65, n.3 set., p. 682-693, 1971.

LIQUN, Zhu. China's Foreign Policy Debates. *Chaillot Papers*, European Union Institute for Security Studies (EUISS), set. 2010.

LO, Bobo. *Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003.

MALONE, David M. *Does the Elephant Dance? Contemporary Indian Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MASUDA, Masayuki. China's Search for a New Foreign Policy Frontier: Concept and Practice of "Harmonious World". In: IIDA, Masafumi. *China's Shift: Global Strategy of the Rising Power*. The National Institute for Defense Studies, Japan, 2009.

MANKOFF, Jeffrey. *Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics*. Lanham: Rowman&Littlefield, 2009.

MEDVEDEV, 2012. *Statement by H.E. Mr. Dmitry Medvedev, Prime Minister of the Russian Federation, at the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20)*. Rio de Janeiro, 21 jun. 2012.

MWASE, Nkunde; YANG, Yongzheng. BRICS' Philosophies for Development: Financing and Their Implications for LICs. *IMF Working Paper*, WP/12/74, 2012.

NICHOL, Jim. *Russian Political, Economic, and Security Issues and U.S. Interests*. Congressional Research Service, CRS Reports for Congress, 8 ago. 2013.

NIKITIN, Alexander. Russia as a Permanent Member of the UN Security Council. *International Policy Analysis*, Friedrich Ebert Stiftung, nov. 2012.

NTI (Nuclear Threat Initiative). *Country Profiles: Russia*, 2013. Disponível em: <<http://www.nti.org/country-profiles/russia/nuclear/>>. Acesso em: 4 set. 2013.

O'NEILL, Jim; STUPNYTSKA, Anna. The Long-Term Outlook for the BRICs and N-11 Post Crisis. Goldman Sachs. *Global Economics Paper* n.192, 2009.

ONG, Ryan. A Boost for Nuclear Power. *China Business Review*, maio 2010. Disponível em: <<http://www.chinabusinessreview.com/a-boost-for-nuclear-power/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

PANT, Harsh V. *Contemporary Debates in Indian Foreign and Security Policy: India Negotiates its Rise in the International System*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

PATRIOTA, Antônio A. *Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, 2011a.

_____. *Discurso proferido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião das comemorações do Dia Diplomata - 20 de abril de 2011*. Brasília, 2011b.

RAJAN, D. S. China: Xi Jinping's Foreign Policy – Expect No End to Assertiveness. *C3S Paper*, n.118, 6 ago. 2013.

ROUSSEFF, Dilma. *Apresentação da Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Congresso Nacional, por ocasião da instalação da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura - Brasília/DF*. Brasília, 2011a.

_____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF*. Brasília, 2011b.

_____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA*. Nova York, 2011c.

_____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA*. Nova Iorque, 2012.

ROSENAU, James N. Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy or Field? *International Studies Quarterly*. v.12, n.3, p. 296-329, 1968.

RUTLAND, Peter. *Post-Socialist States and the Evolution of a New Development Model*. Sapporo: Slavic Research Center, 2009.

SCEATS, Sonya; BRESLIN, Shaun. *China and the International Human Rights System*. Chatham House, out. 2012.

SINGH, Bhavna. China's Triple Conundrum: Ethnicity, Separatism and Terrorism in Xinjiang. *Institute of Peace and Conflict Studies Special Report*, n. 96, ago. 2010.

TIANKAI, Cui; HANGZHAO, Pang. China-US Relations in China's Overall Diplomacy in the New Era: on China and US Working Together to Build a New-Type Relationship Between Major Countries. *China International Strategy Review*, 2012.

TRENIN, Dmitri; WEBER, Yuval. Russia's pacific future: Solving the South Kuril Islands Dispute. *The Carnegie Papers*, Carnegie Moscow Center, dez. 2012.

ZHENG, Yongnian; KONG, Qingjiang. China in the WTO: from accession to the Doha failure. *EAI Working Paper* n. 147, 2009.